

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI e INCRA 2

REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVITE a Dra. Ludmila Bortoleto Monteiro, Procuradora da República, responsável pela investigação que resultou na Operação Terra Prometida.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e na forma prevista pelo art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que ouvido o plenário desta Comissão seja CONVIDADA Dra. Ludmila Bortoleto Monteiro, Procuradora da República, responsável pela investigação que resultou na Operação Terra Prometida.

JUSTIFICAÇÃO

A presente CPI tem como um dos seus eixos de investigação “os conflitos sociais e fundiários no processo de demarcação de terras indígenas e áreas remanescentes de quilombos”. Para o cumprimento deste escopo trazemos a exame do Colegiado a necessidade do depoimento da procuradora federal Dra. Ludmila Bortoleto Monteiro é responsável para acompanhar a investigação que resultou na Operação Terra Prometida.

Investigações conduzidas pela Polícia Federal foram instauradas para apurar os crimes de invasão de terras da União, associação criminosa armada, crimes contra o meio ambiente, de fraude documental nos processos do Incra, estelionato majorado, corrupção ativa e passiva e ameaças ocorridas nos estados de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Durante as investigações um Delegado Federal, a Procuradora Federal e o Juiz Federal de Diamantino sofreram ameaças de mortes para que as investigações fossem finalizadas conforme matéria da imprensa, reproduzida neste requerimento.

PF investiga ameaça de morte contra delegado, juiz federal e procuradora

Ligações partiram de telefone público em Itanhangá e tem envolvimento com o "novo cangaço" Jacques Gosch Gilberto Leite/Rdnews Delegado Hércules Sodré e a procuradora da República Ludmila Bortoleto Monteiro sofrem ameaça A Superintendência da Polícia Federal investiga ameaças de morte sofridas pelo delegado Hércules Ferreira Sodré, pelo juiz federal de Diamantino Fábio Fiorenza e pela procuradora da República, Ludmila Bortoleto Monteiro.

Os três atuam na Operação Terra Prometida, deflagrada em 27 de novembro, com objetivo de dismantelar a quadrilha acusada de comprar, vender e explorar ilegalmente lotes destinados da reforma agrária situados no assentamento PA, nos municípios de Itanhangá e Tapurah, no Médio Norte do Estado. Além das autoridades, três testemunhas também sofreram ameaças durante o final de semana. A intimidação contra eles foi feita no sábado (6), logo após a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que atendeu ao pedido de habeas corpus feito pela presidente da Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Itanhangá (Cooperita) Antônio Adi Mattei.

A decisão de soltura foi estendida aos demais presos beneficiando figuras como o proprietário da Fiagril e ex-prefeito de Lucas do Rio Verde Marino Franz (PSDB), os produtores rurais Milton e Odair Geller, irmãos do ministro da Agricultura Neri Geller (PMDB), o vice-prefeito de Itanhangá Rui Schenkel (PR), além de diversos agricultores, empresários e políticos acusados pela PF de envolvimento no esquema criminoso. A Operação Terra Prometida cumpriu 33 dos 52 mandados de prisão expedidos pelo Judiciário em Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os pedidos foram feitos com base nas investigações iniciadas há quatro anos para apurar os crimes de invasão de terras da União, associação criminosa armada, crimes contra o meio ambiente, de fraude documental nos processos do Incra, estelionato majorado, corrupção ativa e passiva e ameaça.

Na última segunda (8), o juiz federal e a procuradora da República estiveram reunidos com o delegado para obterem mais informações sobre o telefonema com ameaças de morte. A intenção foi obter orientações sobre as provas coletadas, e também sobre os procedimentos e medidas de segurança que serão adotadas. Segundo a PF, a ligação com teor de ameaça partiu de um telefone público de Itanhangá. Diversos investigados que foram presos em 27 de novembro foram presos naquele município.

Esta CPI tem solicitado informações para o INCRA sobre as situações de ocupações dos lotes dos assentamentos, critérios para seleção e áreas que foram adquiridas para a Reforma Agrária. A solicitação da participação da procuradora irá contribuir na investigação da CPI neste caso em que famílias assentadas foram expulsas de seus lotes.

Para tanto solicitamos o apoio aos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, novembro de 2016.

Deputada **ERIKA KOKAY - PT – DF**